

**A IMPORTÂNCIA DO AGROEXTRATIVISMO NOS PROCESSOS PRODUTIVOS E
REPRODUTIVOS: O CASO DAS FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL
MARANHENSE**

**THE IMPORTANCE OF AGROEXTRACTIVISM ON PRODUCTIVE AND REPRODUCTIVE
PROCESSES: THE CASE OF FAMILIES QUILOMBOLAS IN EASTERN AMAZONIA
MARANHENSE**

Regina Helena Bernardes
Universidade Federal de Pelotas
reginahbernardes@yahoo.com.br

Resumo- O município de Alcântara, localizado no estado do Maranhão, na região da Amazônia Oriental Maranhense, apresenta uma quantidade significativa de sua população constituída por comunidades tradicionais quilombolas vivendo na área rural. Desenvolvem atividades referentes à agricultura, pesca e extrativismo, fazendo uso comum dos recursos naturais e mantendo suas tradições seculares. Na década de 1980, o Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara foi implantado pelo Governo brasileiro cujo principal argumento referia-se à localização deste município próximo à Linha do Equador, facilitando o lançamento de foguetes. Todavia, isto provocou um processo de deslocamento compulsório de várias comunidade rurais quilombolas que foram remanejadas de seu local de origem e transferidas para agrovilas pelo Ministério da Aeronáutica. Este deslocamento trouxe consequências diretas nos sistemas de produção agroextrativistas, no acesso e uso comum dos recursos naturais, bem como interferiu nos fatores associados à reprodução social destas populações tradicionais. Este trabalho teve objetivo analisar as transformações ocorridas nos sistemas de produção agroextrativistas em uma comunidade quilombola que passou pelo processo de remanejamento e suas implicações para a sobrevivência das famílias. Para realização desta pesquisa foram utilizados instrumentos metodológicos participativos buscando retratar a realidade através de uma análise sistêmica, considerando as perspectivas da sustentabilidade e seu caráter multidimensional. Através do uso de técnicas de pesquisa-ação, observação participante, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários semi-abertos, caracterizou-se as comunidades quilombolas em seus aspectos ambientais e culturais possibilitando uma análise dos impactos, limites e perspectivas da agricultura familiar no seu aspecto produtivo e reprodutivo.

Palavras-chave: Quilombolas, Agroextrativismo, Amazônia Maranhense

Abstract- The municipality of Alcântara, located in the state of Maranhão, in the Eastern Amazon region of Maranhão, has a significant amount of its population consisting of traditional quilombolas communities living in rural areas. Develop activities related to agriculture, fishing and gathering, making common use of natural resources and maintaining its secular traditions. In the 1980s, the Aerospace Launch Center Alcantara was implemented by the Brazilian government whose main argument concerned the location of

this city near the Ecuador, making the rocket launch. However, this led to a process of compulsory displacement of many rural communities quilombolas who were relocated from its original site and transferred to the Air Ministry agrovilas. This shift has brought direct consequences on production systems agroextractivist, access and common use of natural resources, as well as interfere with the factors associated with social reproduction of these traditional populations. This study was aimed at analyzing the changes occurring in production systems agroextractivist in a quilombola community that went through the process of relocation and its implications for the survival of families. For this research we used methodological tools participatory seeking depict reality through a systemic analysis considering the prospects of sustainability and its multidimensional character. Through the use of techniques of action research, participant observation, semi-structured interviews and questionnaires semi-open, characterized the quilombolas communities in its environmental and cultural enabling an analysis of the impacts, limits and perspectives of family farming in their productive and reproductive aspect

Keywords: Quilombolas, Agroextractivism, Amazon Maranhense

INTRODUÇÃO

As populações tradicionais quilombolas, embora estejam inseridas dentro do universo da agricultura familiar, todavia, apresentam características peculiares que expressam suas dimensões de etnicidade, e territorialidade reforçadas por laços solidários e pelo uso comum dos recursos naturais manejados estrategicamente, levando à manutenção secular de suas formas de produção tradicional e de sua reprodução social.

Para Almeida (2002), as comunidades quilombolas de Alcântara configuram um grande território étnico. As principais atividades desenvolvidas por estas comunidades referem-se à agricultura, pesca e extrativismo, destacando-se uma expressiva presença de populações tradicionais quilombolas nesta região, inserida na Amazônia Legal¹, especificamente na Amazônia Oriental Maranhense.

Na década de 1980, o Centro de Lançamento Aeroespacial foi implantado no município de Alcântara/MA pelo Governo brasileiro, cujo principal argumento para sua instalação referia-se à localização deste município próximo à Linha do Equador, facilitando o lançamento de foguetes. Todavia, isto provocou um processo de deslocamento compulsório de 41 comunidades quilombolas que foram remanejadas para agrovilas pelo Ministério da Aeronáutica e, atualmente, estão previstos novos remanejamentos que atingiriam outras comunidades negras rurais (SANT'ANA JÚNIOR, 2007).

Este deslocamento trouxe consequências diretas nos sistemas de produção agrícola familiar, no acesso e uso comum dos recursos naturais, bem como interferiu nos fatores associados à identidade étnica, organizacional e sociocultural destas populações tradicionais.

¹ A Amazônia Legal compreende os estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Tocantins, parte do estado do Mato Grosso e a parte oeste do estado do Maranhão perfazendo uma área em torno de cinco milhões de km², correspondente a 59% do território nacional.

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar na comunidade quilombola pesquisada – agrovila Marudá – as transformações ocorridas nos sistemas de produção agroextrativistas após o processo de remanejamento com a implantação do Centro Aeroespacial de Alcântara.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida na área rural do município de Alcântara, localizada na Amazônia Oriental Maranhense, na comunidade quilombola da agrovila Marudá.

Foram analisadas as transformações ocorridas nos sistemas agroextrativistas em função destas comunidades terem passado por um processo de deslocamento compulsório após a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

Antes da implantação do CLA, as comunidades quilombolas que hoje estão agrupadas em sete agrovilas distantes do mar, localizavam-se na faixa litorânea, denominada localmente como “beira de costa”. As transformações daí decorrentes e as interrelações que se estabeleceram constituem o elemento central desta investigação.

Como o foco da pesquisa se deu em torno dos impactos vivenciados pelas comunidades remanejadas, estes foram analisados à luz de uma situação anterior a este processo, ou seja, através de uma análise referenciada pelo modo de vida na comunidade de origem, de acordo com o relato dos entrevistados. Assim, neste universo da pesquisa, fez-se uma delimitação da área trabalhada buscando estabelecer uma análise comparativa entre duas situações distintas envolvendo as famílias que atualmente vivem na agrovila Marudá.

No levantamento de dados de campo, a técnica de pesquisa-ação² como estratégia metodológica a ser empregada representa um processo educativo que permite aos agentes sociais envolvidos adquirir um conhecimento mais objetivo da realidade, levando-os a uma análise mais precisa dos seus problemas, bem como a formular ações de intervenção frente às situações reais (BOTERF, 1985).

A observação participante como método de pesquisa etnográfica foi mais um recurso utilizado, a qual consiste na participação ativa do pesquisador vivenciando a realidade em estudo (GRESSLER, 2003).

Durante a fase de campo, os dados também foram obtidos através de entrevistas e aplicação de questionários semi-estruturados, bem como o uso da caderneta de campo com anotações complementares que ajudou a compor as informações.

Foram realizadas 19 entrevistas cujo conteúdo abordava as informações sobre o desenvolvimento das atividades agroextrativistas antes do remanejamento e desta a situação vivenciadas hoje após o remanejamento. Desta forma, foram aplicados questionários semi-estruturados aos entrevistados da agrovila Marudá com temas referentes à dinâmica da agricultura familiar e os sistemas agroextrativistas.

² “A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada (...) e procura unir a pesquisa à ação ou prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática” (ENGEL, 2000).

Os dados inicialmente foram sistematizados utilizando-se planilhas eletrônicas do programa Excel e, posteriormente, analisados através do Programa JMP 3.2.6 para análise qualitativa e quantitativa do conjunto de informações.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROEXTRATIVISTA

A agricultura de autoconsumo representa a base de economia familiar dos quilombolas, sendo as atividades agrícolas associadas às atividades extrativistas a partir da combinação do extrativismo vegetal e da pesca artesanal. Esta característica confere aos quilombolas da região pesquisada o caráter de lavrador-pescador.

Antes do processo de deslocamento compulsório, as famílias viviam em sua comunidade de origem, denominada genericamente de “Sítio Velho”, localizada na faixa litorânea e com facilidade de acesso à praia, de acordo com o depoimento abaixo:

Depois que a gente foi transferido para cá, em Marudá, o que piorou mesmo foi a distância da pescaria. Dantes nós chegava da roça meio dia ia pra pescaria, garrava o peixe pra comer no almoço e depois ainda voltava para trabalhar de tarde na roça, tudo era perto. Aqui, se for na roça não vai pescar, a pessoa tem que sair de manhã para pescar, ir de bicicleta porque de pés é longe, aí volta à tarde ou no outro dia e então fica dois dias sem ir na roça....ficou tudo mais difícil aqui... (entrevistado 7M – Marudá)

Deste modo, conciliavam o trabalho na agricultura e na pesca, distribuindo o seu tempo de serviço equitativamente entre essas atividades. Assim, as duas atividades eram desenvolvidas simultaneamente de modo equilibrado, sendo este fator significativo para a garantia da segurança alimentar das famílias.

No entanto, após o remanejamento para a agrovila, distante aproximadamente 12 km da praia, ressaltaram a dificuldade enfrentada para conciliar as atividades de roça e pesca. Neste novo contexto, o tempo gasto é significativamente maior quando comparado à situação vivenciada anteriormente, comprometendo sobremaneira, o trabalho cotidiano na roça.

A agricultura desenvolvida no “Sítio Velho”, conforme relataram os entrevistados, era desenvolvida através de cultivos itinerantes em o sistema de corte e queima, também denominado de “roça no toco”. A cada ano as famílias escolhiam, de modo consensual, um local para implantar a sua roça, de acordo com a vegetação que se apresentava. Assim, em áreas de capoeira grossa ou mata secundária resultaria em uma melhor colheita devido a quantidade de biomassa que ali se encontra, favorecendo a ciclagem de nutrientes. Ricklefs (2003) enfatiza-se a importância da biomassa viva onde se encontra a maioria dos nutrientes cujas condições de temperatura e umidade, especialmente nas regiões tropicais, aceleram os processos de absorção, assimilação e regeneração de nutrientes, sendo que a reciclagem deve ter uma atenção mais particulariza.

Atualmente, mesmo morando na agrovila, mantém seus sistemas de produção agrícola como antigamente, ou seja, no “Sítio Velho”, sem as principais culturas agrícolas: mandioca, arroz e milho em sistemas de consórcio plantado com quiabo, maxixe, abóbora e melancia que são denominadas pelos quilombolas de “miudezas” por serem utilizadas exclusivamente para consumo e distribuídas na área de forma aleatória em espaços limitados.

O arroz é cultivado em sistema de consórcio, as sementes utilizadas para plantio são próprias e as duas variedades tradicionais usadas em sua totalidade é denominada localmente de “Agulhinha” e “Cheque Três Meses”.

A mandioca continua representando o principal cultivo alimentar e econômico, sendo processada de modo artesanal na própria comunidade para obtenção de farinha. É plantada em duas modalidades monocultivo e cultivos consorciados. No início do período chuvoso, dezembro a janeiro, é plantada a mandioca consorciada com arroz, milho e culturas alimentares de uso cotidiano. No sistema de monocultivo, a mandioca é plantada em agosto, no período seco, e sua colheita é realizado e agosto do ano seguinte.

As etnoespécies de mandioca utilizadas lhe conferem maior grau de adaptabilidade às condições edafoclimáticas locais. No total de 19 variedades relatadas pelos entrevistados, as três mais citadas, respectivamente, em Itapuaua foram milagrosa, tomázia preta e branquinha. Em Marudá, as mais citadas foram: taboroa, vianinha e milagrosa (FIGURA 3)



Figura3. Plantio de mandioca em roça em Itapuaua.

O principal problema enfrentado na agricultura pelos moradores de Marudá é a doença chamada localmente de “pudrão”. Esta doença é a podridão das raízes, causada por uma associação de fungos, principalmente *Phytophthora sp.* e *Fusarium sp.*, sendo que na região nordeste é a doença mais limitante na produção de mandioca (CORREIA, 2006). Os entrevistados da agrovila relataram que dentre as diversas variedades tradicionais de mandioca, há variedades que apresentam maior resistência a esta doença como a *Tabaroa* e *Pau-ferro*. Esta doença ocorre em áreas mais propensas ao encharcamento, em glebas em áreas mais baixas e podem causar perda total da produção, como é relatado abaixo:

A gente planta na nossa gleba por plantar, mas a terra não é boa, é muito ruim”. Senhora, a gente plantar na roça, ver a maniva (pé) crescer, e não colher quase nada, ah, senhora é uma tristeza...(entrevistado 15M- Marudá)

O tempo de pousio é um fator preponderante para a garantia deste sistema. Atualmente, o tempo médio de pousio é de 8,2 anos e há 10 anos o tempo médio de pousio era de 8,6 considerando as duas comunidades pesquisadas. Estes dados demonstram uma estabilidade no sistema, no entanto deve-se também considerar que os entrevistados ressaltaram em relação aos moradores, principalmente os jovens,

que estão se desinteressando pelo trabalho de roça e preferem mais a pesca por considerarem que o retorno financeiro na venda do peixe é imediato comparado a roça que é preciso esperar completar o ciclo da cultura.

As plantas indicadoras de boa fertilidade são importantes para que os moradores possam escolher a melhor área para plantio. As áreas com predominância de palmeira de babaçu em fase de crescimento, denominado de pindoal, segundo os entrevistados, são consideradas de solos mais férteis devido a presença desta planta indicadora da qualidade do solo. Áreas com tirirical, isto é, que apresentam uma infestação de uma gramínea denominada localmente como tiririca, são indicadoras de terra de baixa fertilidade. Na Agrovila predominam áreas com tirirical, conforme o depoimento do entrevistado a seguir:

A primeira colheita aqui (Agrovila) foi fraca, nós fizemos uma roça pequena porque nós não era acostumado com roça de tirirical porque lá no sítio velho era pindoal. Onde tem tirirical que a terra é baixa ela alaga e não é boa pra mandioca e a gente não tinha esse conhecimento porque lá no Jabaquara (sítio velho) a terra era alta (entrevistado 15M - Marudá)

A mão de obra é predominantemente familiar, as práticas agrícolas se caracterizam pelo uso de ferramentas manuais de cultivos sendo que as mais utilizadas são facão, faca, enxadeco, enxada, sacho, machado e máquina manual para plantio de arroz. Além disto, não há tradição no uso de insumos agrícolas, especialmente adubos químicos e agrotóxicos, bem como não utilizam máquinas pesadas para o preparo do solo. Este conjunto de fatores associadas levam a uma agricultura de baixo impacto.

Ressalta-se que na Agrovila Marudá, após o remanejamento, cada família recebeu uma gleba de 15 ha para realizar suas atividades de cultivos agrícolas, desconfigurando a característica básica das condições de reprodução econômica e social dos quilombolas através do uso de terras. Antes do deslocamento, no lugar de origem das famílias, estas manejavam os recursos naturais em toda a extensão do território mediante a adoção do sistema de uso comum da terra que implica na apropriação privada desse recurso de forma individual, porém não em caráter permanente, considerando o sistema itinerante de cultivo. A noção de terra comum está intrinsecamente associada a todo o sistema que possui regras específicas e secularmente construída de uso dos recursos naturais. Este sistema comunal de terras favorece o modo de cultivo tradicionalmente utilizado pelos quilombolas. A característica básica das condições de reprodução econômica e social desses grupos é a forma como se apropriavam, usavam e manejavam os recursos naturais. No depoimento que segue é enfatizado esta questão:

No deslocamento das famílias para Agrovila não foi pensado em nós no sentido de, por exemplo, pensar que veio família com cinco, seis e até mais filhos e estes crescem e deveriam trabalhar na mesma área de seu pai, mas não tem jeito porque a gleba de 15 ha é pequena e não tem terra suficiente para trabalhar neste sistema de pousio que nós estamos acostumados. Lá no Sítio Velho, a terra para plantar era de todo mundo, era só combinar o pedaço de terra que escolheu para fazer o plantio e todo mundo fazia acordo, aqui ficamos preso para usar só a gleba (entrevistado 01M- Marudá).

Esta alteração de uso comum de terras para o sistema parcelar foi relevante por provocar uma desestruturação nos sistemas agrícolas e extrativistas de produção, afetando diretamente a segurança alimentar das famílias.

O recurso vegetal extrativista de maior importância nas comunidades pesquisadas é palmeira de babaçu, citada por todos os entrevistados. Esta palmeira (*Orbignya phalerata* Mart.) é uma pioneira em áreas de vegetação secundária e se destaca no Maranhão como um importante recurso vegetal extrativista.

De acordo com Muniz (2005), a referida espécie vegetal apresenta uma dominância bastante expressiva ao colonizar áreas abertas, sendo esta característica considerada atípica em áreas de florestas tropicais, além de apresentar alta capacidade de resistência ao uso do fogo.

A extração do óleo de babaçu retirado das amêndoas através de um processo caseiro está sendo utilizado para consumo doméstico de forma esporádica nas comunidades quilombolas, pois o óleo de cozinha industrializado tornou-se mais usual pela sua praticidade e aquisição no comércio a preços geralmente acessíveis.

No entanto, a palmeira de babaçu mantém sua importância extrativista, principalmente através do aproveitamento de suas folhas. Estas folhas, constituídas de raque e folíolos, quando novas são denominadas pelos moradores de "pindovas" e retiradas fechadas da parte apical da planta, ou seja, são folhas mais jovens e por ainda não terem atingido sua maturidade fisiológica seus folíolos ainda se encontram fechados. Devido a isto, após a retirada das pindovas, estas folhas são "estaladas", isto é, são abertos seus folíolos manualmente sem se desprender da raque, colocados ao sol para secagem e posteriormente manuseadas de acordo com a sua finalidade de uso.

A "unidade de paisagem de ocorrência dos palmeirais é denominada pelos moradores como "terras altas", e o desenvolvimento do babaçu não é afetado com a coleta da pindova porque é costume entre os moradores fazer a retirada destas folhas novas sem comprometer o meristema apical da planta que se mantém intacto.

Na agrovila Marudá, a ocorrência de babaçu é limitada e os moradores precisam ir a além dos limites da agrovila como mostra relato de um morador:

O coco babaçu onde nós morava nós tinha o tempo todo. Aqui nós não pode juntar o coco porque já tem dono, é terra de outro, no povoado do Rio Grande, na fazenda, se eles olharem a gente juntando coco e falar pra sair, a gente tem que sair (morador 8M- Marudá).

Os entrevistados relataram que as folhas de babaçu são colhidas ao longo do ano, de acordo com a necessidade de uso e seguindo a fase da lua. Estas são destinadas para confecção de paneiros e cofos que são cestos de palha de tamanhos variados em função da sua finalidade, usados pela totalidade dos moradores principalmente para transporte e armazenamento caseiro de produtos oriundos das atividades agrícolas e da pesca (grãos, farinha da mandioca, sementes, peixes, dentre outros).

As folhas são usadas pelos moradores para: cobertura de barracões de taipa e "banheiros" rústicos nos quintais, inclusive servindo também de "paredes" de palha nestes banheiros; cobertura de abrigos de animais; fazer abanos que são usados para reativar o fogo quando se vai cozinhar; confeccionar "mençabas" (esteiras). São usadas também para outros tipos de artesanatos locais servindo no uso doméstico nas atividades cotidianas e para cobertura de casas de taipa que ainda servem como moradia para famílias moradoras da comunidade de Itapuaua. Há também, de forma menos intensiva, a utilização do estipe da palmeira como adubo na área dos quintais e na roça.

Segundo estudo realizado por Pinheiro (2005) sobre as diversas formas de aproveitamento do babaçu por comunidades rurais do município de Penalva, na Baixada Maranhense, foram levantadas 47 modalidades de produtos do babaçu utilizando-se diferentes partes desta palmeira, sendo abanos, cofos e cobertura da casas os usos de maior frequência.

O buriti (*Mauritia flexuosa* L.) é também uma palmeira pertencente à família Arecaceae e ocorre em locais mais alagados. É o segundo recurso extrativista vegetal mais utilizado pelos moradores na alimentação humana, extraído de sua polpa um suco denso, concentrado, de cor amarelada, rico em vitamina A e denominado localmente como "vinho de buriti". Em Marudá há baixa ocorrência de buriti, como se observa na fala do entrevistado :

A gente veio para cá para o Marudá e fica lembrando do sítio velho...lá no sítio velho a juçara era no monte tinha muito, na hora que a pessoa quisesse e o buriti também tinha muito. Aqui tem muita gente que ganhou gleba, mas não tem baixa que dá buriti e não tem juçara. (morador 18M-Marudá)

Da mesma forma, extrai-se também o "vinho da juçara" (*Euterpe oleraceae* Mart.), que é uma palmeira originária da Floresta Amazônica, pertencente à família Arecaceae, desenvolvendo-se em forma de touceira e apresentando frutificação ao longo do ano (LORENZI, 1992). No Maranhão o nome popular de "juçara" é o mesmo denominado de "açai", típico do estado do Pará, pois se refere à mesma espécie botânica. Entretanto, na Mata Atlântica a denominação da juçara refere-se a uma palmeira monocaule pertencente à espécie *Euterpe edulis* Mart. (ARAÚJO et. al, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades de Itapuaua e a agrovila Marudá fazem parte de um território étnico que apesar de já serem reconhecidas oficialmente como populações tradicionais quilombolas, ainda enfrentam um campo de disputa que desconsidera as suas especificidades como agricultores, pescadores e camponeses.

Com a implantação do CLA, há mais de 25 anos, as transformações ocorridas em Alcântara, especialmente nas comunidades remanejadas para agrovilas evidenciaram-se na medida em que as fragilidades relatadas pelos moradores passaram a afetar a sobrevivência das famílias dentro de um processo de desestruturação socioambiental.

Como demonstrado na pesquisa, os impactos ocorridos após o deslocamento compulsório dos quilombolas para agrovilas implicaram em mudanças nos sistemas de produção agroextrativistas e a suas relações com o uso dos recursos naturais.

As atividades de pesca, antes praticadas a partir da adoção de diversas modalidades de pescarias, deixaram de ser executadas em função da distância dos locais aptos para a coleta de peixes e os lavradores-pescadores passaram a categoria de compradores de pescado.

O extrativismo vegetal que era praticado em áreas de usufruto comum entre as famílias de trabalhadores rurais utilizando o babaçu, buriti e, juçara, igualmente deixou de ser praticada com a mesma intensidade, devido principalmente à distância e à redução das áreas aptas para a coleta.

A terra antes era utilizada por eles de forma comum, e todas as famílias tinham sua maneira de cultivar escolhendo a área mais apropriada, identificando os locais considerados melhores para produção agrícola. No novo sistema elas passaram a ser apropriadas individualmente em caráter permanente. Com a apropriação privada e a redução da quantidade de terra por família, passou-se a adotar outros padrões de apropriação e usos recursos naturais.

Dentre as várias culturas, a mandioca era um cultivo que contribuía para uma melhor produção, em virtude de ser a terra considerada mais fértil. De acordo com dados de observação direta, grande parte dos plantios de mandioca apodrecem antes de serem retiradas para a produção de farinha em função de glebas sujeitas ao encharcamento.

A pesquisa constatou ainda, que existem famílias na Agrovila de Marudá que ainda não conseguiram trabalhar em suas glebas, já que são consideradas inadequadas para as atividades produtivas, em virtude da baixa fertilidade do solo que prejudicam a produção.

As constatações levantadas neste trabalho poderão desdobrar-se em pesquisas baseadas nos preceitos agroecológicos e também contribuir para ações efetivas que levem a um objetivo comum de sustentabilidade junto às comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.W B. **Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara:** laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006. 212 p.

ARAÚJO, J. R. G.; MARTINS, M. R.; SANTOS, F. N. **Fruteiras Nativas** - Ocorrência e Potencial de Utilização na Agricultura Familiar do Maranhão. In: MOURA, E. G. (org.). **Agroambientes de transição entre o trópico úmido e o semiárido do Brasil: atributos; alternativas; uso na produção familiar.** São Luís: UEMA, 2004. 312 p.

GRESSLER, L. A. **Introdução à Pesquisa:** Projetos e Relatórios. São Paulo: Edições Loyola: 2003. 295 p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras:** Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa. SP: Editora Plantarum, 1992.

MUNIZ, F. H. A vegetação da região de transição entre a Amazônia e o Nordeste: diversidade e estrutura. In: MOURA, E. G. (org.). **Agroambientes de transição entre o trópico úmido e o semi-árido do Brasil:** atributos; alternativas; uso na produção familiar. São Luís: UEMA, 2004. 312 p.

PINHEIRO, C. U.B. **Estudos Etnobiológicos. Baixada Maranhense:** Etnobotânica; Botânica Econômica; Etnoecologia. São Luís: UFMA, 2003. 247 p.

RICKLEFS. R. E. **A economia da natureza.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 503 p.

SANT' ANA JÚNIOR, H. A. **Florestania:** a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: EDUF AC, 2004. 327 p.